

A EDUCAÇÃO BRASILEIRA NOS MESES DE ABRIL A JUNHO DE 1954

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS — Vem o INEP procurando acentuar sua missão primacial que será a de se constituir um centro de informação objetiva das atividades educacionais do país, capaz de ajudar a formação de uma opinião pública esclarecida a respeito da escola e do guiar os responsáveis oficiais pelo desenvolvimento da educação brasileira.

Proseguiu o Instituto, no trimestre, a ação imediata de assistência técnico-financeira aos Estados, Municípios e particulares para ampliação de suas redes escolares e aperfeiçoamento de professores, e a de realização de estudos, pesquisas, levantamentos e documentação, cujos resultados concretos começam a aparecer em livros e monografias.

CAMPANHA DE INQUÉRITOS E LEVANTAMENTOS DO ENSINO MÉDIO E ELEMENTAR — (CI-LEME) — Instituída em março de 1953, como órgão do INEP, os principais trabalhos já realizados pela Campanha ao findar o segundo trimestre de 1954 podem ser assim enumerados:

Projeto 4/1.2 (Aspectos gerais da educação média e elementar; os sistemas estaduais de educação); foi concluído o trabalho relativo ao sistema educacional fluminense, constante de monografia com cerca de 300 páginas datilografadas e 18 mapas, para próxima publicação.

Outra monografia regional sobre a •educação média e elementar encon-

trava-se bastante adiantada, com referência ao Rio Grande do Sul, aguardando-se para julho sua conclusão. Foi também concluída a monografia correspondente ao Paraná, cuja impressão deverá ser iniciada em julho ou agosto.

Projeto 4/3.4.5. (O aluno, o professor e a escola de grau médio): foi ultimado já havendo relatório dos resultados obtidos na pesquisa empreendida. Verificada, posteriormente, a conveniência de apresentar relatórios dos trabalhos realizados em cada uma das escolas que compõem a amostra sobre a qual se baseou o estudo da educação secundária no Estado do Rio de Janeiro, foi encetada essa nova tarefa, que importou, por vezes, em novas tabulações de dados e levantamentos, mas que, não obstante, atingiu a fase final.

Projeto 4/6 (O ensino das disciplinas nas escolas de grau médio): já foi feita a amostragem para escolha das escolas a incluir na investigação, estando ultimados, no que diz respeito a português, os trabalhos referentes a uma escola e iniciada a pesquisa em outra. No que concerne à física, completou-se a observação em três escolas e iniciaram-se os contatos com duas outras. Quanto à química, con-cuiu-se o documento básico sobre os objetivos de seu ensino e atividades correlatas, estando em preparo o instrumental para a pesquisa de campo. No tocante à geografia, os trabalhos da fase preliminar — elaboração de

documentos sobre os objetivos específicos do ensino e atividades didáticas que levam à consecução dos mesmos, questionários, roteiros de entrevistas e observações de aulas, itens do teste que será organizado — já estão realizados. No que respeita à história, ainda estão sendo definidos os objetivos específicos do seu ensino na escola secundária e suas atividades conexas. *Projeto 4/7 (Análise fatorial das habilidades verbais)* Achavam-se, ao findar o 2º trimestre, quase concluídos os trabalhos de análise dos resultados da aplicação, no Estado do Rio de Janeiro, do teste DNE, destinado a medir o nível intelectual dos alunos do ensino médio, apresentado sob quatro formas, sendo duas (A e B) adequadas aos alunos do 19 ciclo e as outras aos do 2º ciclo. Fim imediato desse trabalho foi a obtenção de normas regimentais que permitam comparação dos resultados individuais com os obtidos em geral nas várias séries do curso secundário.

Projeto 4/8 (Testes para estudo de alguns aspectos dos concursos de habilitação para escolas superiores): A aplicação desses testes (nível mental e conhecimentos) foi feita a alunos recém-aprovados nos vestibulares, no Distrito Federal, Estado do Rio de Janeiro e São Paulo, em diversas faculdades e sob a coordenação da CILEME. Já está concluída a correção dos testes aplicados no D. Federal e Estado do Rio. Em São Paulo o trabalho foi realizado sob a direção de elementos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo e do Departamento Estadual de Administração.

Para atender a solicitação da Escola Naval, foram-lhe fornecidos esses testes.

Projeto 4/13 (A escola elementar no Brasil: funcionamento, evasão e repetência) : já se encontra pronto o levantamento dos dados relativos ao Rio Grande do Sul e respectiva apuração, e realizada a aplicação de questionários no Espírito Santo. Iniciou-se a aplicação em Alagoas e Sergipe. *Projeto 4/14 (Levantamento das publicações destinadas à infância e à juventude e inquéritos sobre o seu valor):* sua elaboração foi imposta pela importância atual da literatura infanto-juvenil, como objetivo de estudar minuciosamente o assunto, vantagens e desvantagens desse tipo de publicações na formação da personalidade dos jovens, investigando a matéria junto a pais, educadores, adultos e crianças, causas ou condições de atração dessas revistas. Será também elaborado um plano de sugestões e normas tendentes à melhoria dessas revistas, em sua forma e conteúdo. Estudar-se-ão os meios de a escola valer-se do grande poder motivador dessas publicações para utilizá-las como instrumentos auxiliares do ensino.

Esse projeto vem sendo executado por um grupo de técnicos, cujos trabalhos serão periodicamente apreciados por um conselho que se comporá de altas expressões da cultura brasileira, de diversas tendências.

Vem ainda a CILEME desenvolvendo outras atividades, dentre as quais a aplicação do teste não verbal de *Pierre Weil*, em cooperação com a cadeira de Psicologia da Faculdade Nacional de Filosofia e com o SENAC; o estudo estatístico da conjuntura educacional, para a qual se iniciou a análise dos dados estatísticos de que dispõem o Serviço de Estatística da Educação e Cultura e outras repartições

do MEC; estudo e sugestões para a organização e regulamentação do Centro Educacional de Maceió; início de inquérito sobre o estado cultural dos trabalhadores da Capital; estudos e pareceres sobre projetos de lei referentes a educação; apresentação de relatórios, por solicitação da UNESCO, sobre movimento educacional, cultural e científico do país. Graças a um desses relatórios, na última publicação do Anuário Internacional de Educação, dada a lume no trimestre, foi possível reaparecer o capítulo sobre a educação brasileira, que não vinha constando das últimas edições desse anuário internacional.

CAMPANHA DO LIVRO DIDÁTICO E MANUAIS DE ENSINO Prosseguiu a CALDEME na celebração de acordos com professores altamente categorizados para a produção de manuais relativos a Zoologia, Botânica, Biologia, Português, Francês, História Geral e do Brasil e Química, bem como para análise de programas e livros didáticos de diversas disciplinas.

A intensa atividade da CALDEME incluiu ainda traduções de obras estrangeiras.

AMPLIAÇÃO DA REDE ESCOLAR — Desde 1946 vem o Ministério da Educação cumprindo seu plano de ampliação e melhoria da rede escolar do país, mediante auxílios financeiros aos Estados, Municípios e entidades públicas e particulares, por intermédio do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos.

De 1946 até junho de 1953 concedeu-se auxílio para a construção de 6790 escolas primárias, 509 grupos escolares, 57 escolas normais (além da

ampliação de 21 outras) e 103 estabelecimentos de ensino médio.

De julho de 1953 até junho de 1954, concederam-se verbas para mais de 115 escolas primárias, 111 grupos escolares, 37 instituições diversas, 15 escolas normais (construção de 9 e ampliação de 6). Além disso, os recursos concedidos no orçamento e distribuídos pelo Congresso a estabelecimentos diversos do ensino médio e colocados sob controle do INEP beneficiaram 179 desses estabelecimentos.

Ainda nesse período os compromissos pelas concessões feitas alcançaram o montante de Cr\$..... 88.913.500,00. Foram remetidos Cr\$. 92.923.821,00, nos quais estão incluídas construções dos anos anteriores. Nesse ano de atividades foram incluídas as obras de 546 escolas primárias, 104 grupos escolares, 7 novas escolas normais e ampliação de outra.

Dos convênios firmados no período de julho de 1953 a julho de 1954, sobressaem:

- a) suplementação de verba para prosseguimento de obras do Instituto de Educação de Alagoas e construção de 3 grandes grupos escolares no Estado (Cr\$ 9.150.000,00);
- b) construção de 10 escolas primárias e conclusão do Ginásio municipal de Remanso, na Bahia (Cr\$ 1.300.000,00);
- c) construção de 4 conjuntos escolares no Ceará (..... Cr\$ 6.520.000,00);
- d) conclusão do Centro Educacional da 1.^a Região Militar e construção do prédio escolar da Associação dos Servidores

- Civis do Brasil (.....
Cr\$ 1.150.000,00);
- e) construção do Instituto Samuel Granam, em Goiás (.....
Cr\$ 1000.000,00);
- f) construção de um conjunto de 5 grupos escolares e 26 escolas primárias em Minas Gerais (Cr\$ 3.830.000,00)
- g) construção de um conjunto de escolas primárias em Belém (Cr\$ 800.000,00);
- h) construção de 5 grupos e 14 escolas rurais, ampliação de escolas normais e conclusão de 15 grupos escolares na Paraíba (Cr\$ 6.074.000,00);
- i) construção do internato da Escola Normal Rural do Campo Maior, Piauí (Cr\$ 1.000.000,00);
- j) conclusão do Instituto de Educação de Natal
(Cr\$ 2.000.000,00);
- k) construção do Centro Educacional do Município de Concórdia, Santa Catarina
(Cr\$ 500.000,00) e
- 1) construção de um conjunto de 4 grupos escolares em Uruguaiana, R. G. do Sul (.....
Cr\$ 1.200.000,00).

No trimestre prosseguiram, em ritmo acelerado, as construções do Instituto do Professor Primário (São Paulo), da Casa do Brasil na Cidade Universitária de Paris e do Colégio Estadual Júlio de Castilhos, em Porto Alegre.

Com referência ao esforço revelado pelos Estados e territórios no sentido da execução dos convênios assinados com o Ministério, tomando por base o número de unidades escolares concedidas e o número de prédios concluídos, sobressaíram:

Sergipe	com	96%	de	prédios concluídos
Pernambuco ...	com	93%	de	prédios concluídos
Goiás	com	92%	de	prédios concluídos
S. Catarina ...	com	90%	de	prédios concluídos
R. G. do Sul ..	com	89%	de	prédios concluídos
Paraná	com	89%	de	prédios concluídos
R. G. do Norte,	com	87%	de	prédios concluídos
S. Paulo	com	86%	de	prédios concluídos
Alagoas	com	86%	de	prédios concluídos
Ceará	com	86%	de	prédios concluídos
Piauí	com	84%	de	prédios concluídos
Paraíba	com	83%	de	prédios concluídos
R. Branco	com	79%	de	prédios concluídos
E. Santo	com	78%	de	prédios concluídos
Bahia	com	76%	de	prédios concluídos
M. Grosso	com	76%	de	prédios concluídos
Acre	com	73%	de	prédios concluídos
M. Gerais	com	72%	de	prédios concluídos

Seguem-se, com menos, de 70%, não (61%), Amazonas <60%) e Pará Amapá (56%), Guaporé (63%), Mara- (55%).

A assistência técnica foi prestada mediante estágios de aperfeiçoamento de professores, por intermédio da Coordenação dos Cursos do INEP, em diversas unidades de Federação. Organizou-se a Missão Pedagógica que, em Salvador, realiza um curso de aperfeiçoamento de 40 professores primários da Bahia e Estados próximos, iniciado em abril e que deverá prolongar-se até novembro. Outra iniciativa da Coordenação para o ano em curso consiste

na criação de serviço de assistência aos bolsistas, abrangendo os setores médico, odontológico, cultural, recreativo e de auxílio para alojamento condigno.

ENSINO MÉDIO — Programa de auxílio supletivo do Governo Federal destinado a início ou prosseguimento de obras de estabelecimentos de ensino médio em execução por intermédio do MEC—INEP.

Recursos de 1954

Unidades Federadas	Nº de estabelecimentos beneficiados	Auxílio consignado no orçamento
Brasil	179	Cr\$ 27.448.500,00
Alagoas	5	665.000,00
Amazonas	2	865.000,00
Bahia	14	2.413.000,00
Ceará	13	1.650.000,00
D. Federal	3	1.900.000,00
E. Santo	9	1.465.000,00
Goiás	9	1.631.500,00
Maranhão	5	800.000,00
M. Grosso	2	665.000,00
M. Gerais	26	2.128.000,00
Pará	4	731.500,00
Paraíba	5	864.500,00
Paraná		931.000,00
Pernambuco	10	1.263.500,00
Piauí	11	665.000,00
Rio de Janeiro	0	1.000.000,00
R. G. do Norte	7	665.000,00
R. G. do Sul	17	1.462.000,00
Sta. Catarina	10	2.460.000,00
S. Paulo	20	2.428.000,00
Sergipe	5	795.500,00

Ensino Comercial — No segundo trimestre de 1954 várias providências de grande interesse para o ensino

comercial foram tomadas, entre elas: — elaboração do Regimento da Campanha de Aperfeiçoamento e

Expansão do Ensino Comercial — CAEC — (criada pelo Dec. 35.257, de 24 de março de 1954), que recebeu aprovação pela portaria Ministerial n' 398, de 11 de junho;

— inclusão na proposta orçamentária para o exercício de 1955 dos recursos que possibilitarão à CAEC realizar o programa respectivo;

— aprovação, pela portaria n° 397, de 11 de junho, das normas reguladoras dos dispositivos da Lei Orgânica do Ensino Comercial relativos à concessão de reconhecimento ou equiparação a escolas comerciais ou técnicas de comércio;

— estudos relativos à função de Inspetor e técnico de ensino médio.

Durante o trimestre funcionavam no país 688 estabelecimentos de ensino comercial.

A Campanha de Aperfeiçoamento e Expansão do Ensino Comercial já em abril começou a funcionar, considerando que a prática de métodos racionalizados e de técnicas aperfeiçoadas no comércio trará sempre vantagens de ordem econômico-financeira para o país.

São os seguintes os principais aspectos da campanha: promoção de intercâmbio entre instituições de ensino comercial e os educadores nacionais e estrangeiros: realização de um programa de esclarecimento da opinião pública sobre as vantagens e objetivos da educação profissional e, de modo particular, do ensino comercial; realização de estudos e inquéritos sobre as necessidades e problemas de ensino comercial; incentivo à criação de escolas comerciais nas sedes municipais de maior coeficiente demográfico e até agora carentes de instituições de ensino especializado para o comércio; colaboração no sentido de complemen-

tar o equipamento das escolas e de sua utilização para a maior objetividade do ensino ministrado — especialmente por meio dos recursos áudio-visuais.

ENSINO INDUSTRIAL — Dentre as atividades executadas no primeiro semestre de 1954, pela Diretoria do Ensino Industrial, sobressaem:

I — Ensino Industrial mais próximo dos meios produtores, o que compreendeu larga consulta à opinião pública, pela I Mesa Redonda de Ensino Industrial, reunida em São Paulo (janeiro), Belo Horizonte (fevereiro) e Salvador (junho), esta para a área nordeste-norte. Continuou, assim, a tarefa de aproximação dos homens da produção com os meios educacionais.

Desenvolveu-se também a campanha de aperfeiçoamento técnico do pessoal ativo das empresas, pelo método de treinamento dentro da indústria conhecido por T. W. I. (*Training within industry*).

II — Aperfeiçoamento de diretores e professores, em larga escala, na esfera federal, estadual e particular, por meio de cursos de férias intensivos, pela equipe da Comissão Brasileiro-Americana de Educação Industrial (no primeiro trimestre).

III — Instalação do Serviço de Orientação Educacional e Profissional nas escolas do M.E.C.

IV — Intensificação e modernização do programa de elaboração de material didático e de instrução industrial. V — Realização de amplo e minucioso estudo para modernização

dos currículos de cultura técnica e geral, do 1º e 2º ciclos.

O "Boletim da CBAI", publicado mensalmente pela Comissão Brasileiro-Americana de Educação Industrial, anunciou, em seu número de março, o pleno desenvolvimento dos estudos necessários à estruturação científica dos cursos pedagógicos, em bases de real aficiência para colimar o fim de preparação de professores e administradores do ensino industrial, de sorte a possibilitar seu funcionamento já em agosto. Em maio foi assinado decreto dispondo sobre o funcionamento dos Cursos Pedagógicos de Ensino Industrial, de duas modalidades: o de Didática e o de Administração do mesmo ensino, devendo funcionar em caráter experimental a partir do corrente ano.

Mesa Redonda de Salvador — a Mesa Redonda de Salvador contou com a participação do ministro Antônio Balbino, titular da pasta da Educação e Cultura, professor Anísio Teixeira, diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, professor Flávio Penteado Sampaio, diretor do Ensino Industrial, professor Mário de Brito, diretor da Campanha do Livro Didático e Manuais de Ensino, Armando Hildebrand, diretor do Ensino Secundário, Abgar Renault, Eldridge Plowden, Stanley Kruszyna, Francisco Montojos, Otávio Martins, Renato Mendonça, Paul Silberer, Jesus Belo Galvão, Fany Malin, Tchai-covsky, Manuel de Almeida e Abelardo Cardoso.

Na Mesa Redonda de Salvador encerraram-se os trabalhos prévios de consulta dos interesses dos meios produtores em relação ao ensino industrial no país.

Com o grande levantamento da opinião pública realizado nas anteriores seções de São Paulo e Belo Horizonte, através de seus representantes autorizados, industriais, economistas, educadores, técnicos e outros especialistas no assunto, está a Diretoria do Ensino Industrial de posse de copioso material, que após a reunião de Salvador, será estudado, no Rio, por uma comissão designada pelo Ministro da Educação, a fim de se tomarem as providências requeridas para a avaliação e revisão das leis vigentes, bem como da organização do Ensino Industrial.

Os objetivos — Foram lidos, em Salvador, os relatórios dos discursos e debates das duas reuniões anteriores.

Houve, em seguida, debate sobre a estrutura e conteúdo dos currículos de Ensino Industrial. Foram feitas sugestões para a revisão da Lei Orgânica do Ensino Industrial, a fim de atender às exigências sociais e econômicas do presente.

Os industriais e os representantes dos produtores nortistas apresentaram seus pontos de vista, que foram debatidos com os responsáveis oficiais pelo ensino industrial no país.

Conclusões — Os participantes da Mesa Redonda de Salvador chegaram, entre outras, às seguintes conclusões:

O ensino profissional, existente no país e concebido na legislação de Nilo Peçanha, vigorou no Brasil desde o início do século até 1930, através das escolas chamadas de "Aprendizes Artífices", na órbita federal e dos "Liceus de Artes e Ofícios", criados no Distrito Federal e em algumas capitais de Estados, bem ainda por algumas poucas redes estaduais de "escolas profissionais".

O surgimento de uma indústria no período entre as duas guerras mundiais fez com que os responsáveis pela educação no Brasil sentissem que era chegado o momento em que essa modalidade de ensino reclamava urgente sistematização.

Recomendações — Resultaram da Mesa Redonda de Salvador as seguintes recomendações:

- 1 — Necessidade de ser encontrada a fórmula que permita uma descentralização da rede de escolas.
- 2 — Urgência em simplificar o currículo a fim de permitir maior rendimento da aprendizagem em função de melhor orientação profissional.
- 3 — Solução para o funcionamento dos cursos de professores e diretores.
- 4 — Legislação e providências para incentivar a iniciativa dos Estados e dos Municípios, além dos particulares, no desenvolvimento do ensino especializado, face ao crescimento do país.

ENSINO SECUNDÁRIO — Prosseguiu a Diretoria do Ensino Secundário, no período em referência, em seu plano de trabalho assim desdobrado:

Assistência financeira ao ensino particular — compreendendo auxílio em espécie, para aquisição de móveis escolares, livros e outros materiais didáticos, montagem e manutenção de oficinas escolares, construção e adaptação de prédios escolares, etc; facilidades para aquisição e importação de material didático; concessão de bolsas a alunos capazes e pobres; participação direta do governo federal na manutenção de estabelecimentos de

ensino secundário, através de uma Fundação habilitada a adquirir ações de colégios organizados sob a forma de sociedades anônimas e a fazer empréstimos.

Enriquecimento do conteúdo do ensino secundário — Face à revelação das estatísticas, de que de 100 crianças que ingressam no curso secundário apenas 14 o concluem, saindo as 86 restantes diretamente para a vida, mostrou-se imperioso tornar esse ensino menos verbal e acadêmico, e mais objetivo com emprego de laboratórios, auxílios audiovisuais e outros recursos visando a estabelecer uma escola funcional, orientada para a vida em seus aspectos fundamentais.

Orientação pedagógica e assistência técnica ao ensino secundário, cujos padrões caíram em conseqüência de seu vertiginoso crescimento quantitativo, por meio de cursos e estágios de aperfeiçoamento, para professores, inspetores, técnicos e administradores; de cooperação com os educandários nos projetos de construção de laboratórios e oficinas; de cooperação no funcionamento de instituições extra-classe (bibliotecas, clubes, imprensa escolar, exposições); de orientação e sugestões para o ensino das várias disciplinas; de elaboração, publicação e distribuição de material didático; de campanha para utilização de provas objetivas na avaliação do rendimento escolar; de divulgação de aspectos das ciências da educação que interessem ao ensino secundário; de intercâmbio entre escolas e educadores.

Estudos para a planejamento e coordenação do crescimento da rede escolar e elevação do nível do ensino

■— A Diretoria do Ensino Secundário, em cooperação com o INEP e outras

entidades de pesquisa, vem realizando o estudo de uma série de questões fundamentais para orientação e melhor ajustamento do ensino às reais necessidades do meio e dos alunos tais como: necessidades e possibilidades educacionais das diversas regiões do país, custo do ensino, formação e qualificação de professores, técnicos e administradores, movimento de matrícula, reprovações e evasão escolar, avaliação objetiva do aproveitamento escolar, formas de ação do poder público na educação secundária e cooperação dos poderes federal, estadual e municipal na obra educativa.

Preparo da D.E.S. e do sistema escolar em geral para o advento da lei de Diretrizes e Bases, que deverá descentralizar a educação.

Aumento da eficiência dos serviços de controle através da descentralização, que se está fazendo, na Diretoria, com delegação de maiores atribuições aos chefes de serviço e pela criação das Inspetorias Seccionais.

Afetos e recursos para a ação da D. E. S., cuja dinamização se promove imprimindo-lhe sentido e espírito de campanha. Busca-se a criação de um Fundo Nacional do Ensino Secundário.

Aqui também se incluem o desenvolvimento da Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário e a criação da Fundação do Ensino Secundário. A referida Campanha (CADES), criada pelo D. 34638, de 17 de novembro de 1953, desenvolve suas atividades por meio de projetos; desses, até o presente, já foram concluídos ou estão em realização 11, sobressaindo os seguintes:

Projeto 1 — *Curso-estágio de aperfeiçoamento para inspetores, realizado*

em janeiro e fevereiro, com 67 inscritos.

2, 3 e 8 — *Cursos de orientação para professores candidatos a exame de suficiência* — Três já se realizaram e dois serão efetuados em julho. . .'

4 e 7 — *Cooperação com a D. E. S.* para atualização dos trabalhos, como, por exemplo, o estudo do funcionamento de ginásios e colégios.

5 — *Novo regime de inspeção por meio de Inspetorias Seccionais.*

6 — *Levantamento da situação e elaboração do plano para uma Campanha Nacional de Bolsas de Estudos.*

9 — *Curso de orientação para professores de Ciências*, em cujo ensino a falta de objetividade deve ser urgentemente sanada, pelo treinamento dos mestres para habilitá-los a dar aulas mais objetivas, mais práticas e mais consentâneas com a realidade. Para esse curso serão convidados 20 professores do interior, que se tenham dis-tinguido pela capacidade e dedicação.

Convém notar que a Fundação do Ensino Secundário e a Campanha Nacional de Bolsas de Estudo constituem duas medidas do mais largo alcance, que tomou o Ministério da Educação no sentido de fazer participar homens de projeção da vida econômica e cultural na solução de problemas do ensino secundário.

A Comissão organizadora da Campanha Nacional de Bolsas de Estudo, que encontrou grande receptividade, vem desenvolvendo seus trabalhos sob a presidência do Sr. Ricardo Xavier da Silveira.

A Fundação do Ensino Secundário é entidade de direito privado, objetivando a expansão e aperfeiçoamento desse ensino entre nós. Fazia-se mis-

têr criar no Brasil um clima de responsabilidades de todos na obra educativa.

A sessão de organização da entidade teve lugar na sala própria do Conselho Nacional de Educação, a 8 de junho, quando foram eleitos os órgãos diretores da Fundação, assim constituídos: Presidente: Dr Ricardo Xavier da Silveria Conselho Diretor: Dr. José Gonçalves de Sá (vice-pres.)

Senador Drault Ernany

Dr. A. J. Peixoto de Castro Diretor

Executivo: Prof. Armando

Hildebrand Conselho Curador: Ministro Antônio Balbino

Dr. Luiz Simões Lopes

Prof. Mário P. de Brito

Dr. Gilson Amado

Dr. Herbert Moses

Dr. R. O. de Castro Maya

Prof. C. Thompson Flores

Dr. F. C. San Tiago Dantas

Dr. Fernando Tude de Sousa

Os estatutos, aprovados na mesma sessão, fixaram os objetivos da Fundação:

- a) promover a criação de sociedades cujo fim seja organizar estabelecimentos de ensino secundário;
- b) cooperar com entidades públicas e particulares no sentido do aprimoramento do ensino secundário e de sua melhor adaptação às necessidades do povo brasileiro em sua atual fase de desenvolvimento econômico e social;
- c) organizar e administrar um sistema de financiamento de es-

tudo e de bolsas para o curso secundário;

- d) estimular e promover a criação, reforma, fusão ou incorporação de estabelecimentos de ensino secundário e de organizações privadas com finalidade coincidente com a da Fundação;
- e) intensificar o intercâmbio com organizações similares do país ou do estrangeiro, patrocinando a realização de cursos de especialização para professores e técnicos do ensino, seminários pedagógicos, congressos e conferências.

A Campanha Nacional de Bolsas de Estudo será realizada pela Fundação.

Experiência de Leme, Estado de São Paulo — Trata-se de próspero município, com 17.000 habitantes, bons solos, facilidades de transporte, indústrias de cerâmica, tecidos e mecânicas. Possui um ginásio estadual. Elementos representativos de sua população pleiteiam a criação, tendo o Ginásio como núcleo, de um centro educacional onde se prepare a juventude não somente para o curso superior, mas, principalmente, para as atividades profissionais da região. Querem uma escola secundária integral, afinada com as atividades da comunidade e atenta aos problemas locais. Pleiteiam os moradores participação ativa nessa renovação escolar, moral, intelectual e materialmente. Oferecem 73.000m², de terras, tijolos, telhas e outros materiais. Ao governo estadual solicitam certa elasticidade administrativa e auxílio financeiro para a montagem do Centro e maior flexibilidade para o currículo e programas. Levada a efeito uma campanha finan-

ceira, já foram subscritos mais de dois milhões. A Diretoria do Ensino Secundário determinou a ida de técnicos à cidade de Leme, a fim de participar dessa admirável iniciativa. No momento já se encontram prontos os planos de trabalho e as plantas para o início das obras do ginásio, esperado ainda para os fins do segundo trimestre ou começos do terceiro.

Rede escolar secundária — A rede escolar secundária brasileira sofreu um aumento sensível nos últimos anos.

No período 1933-53 o coeficiente percentual do aumento foi de 490% no setor de matrículas, passando de 66.420 estudantes em 1933 a 387.762. em 1953.

Esse aumento será ainda maior confrontado com o crescimento dos ensinos primários e superior. Enquanto o primário assinalou 90% de aumento, o superior atingiu a 80%. Havia 2.200.000 estudantes primários em 1933 e 4.200.000 em 1953. E 24 mil estudantes superiores em 1933 para 44 mil em 1953.

O Brasil, possui, atualmente, uma rede de escolas secundárias (ginásios e colégios) no total de 1.768 unidades, disseminadas em todos os pontos do país. Delas 616 localizam-se nas capitais enquanto 1.152. ficam no interior.

Para manter a Diretoria do Ensino Secundário sempre em dia com os acontecimentos em todas essas unidades, o Ministério da Educação possui uma equipe de 1.045 inspetores federais de ensino.

O Estado que mais escolas secundárias possui é São Paulo, com 466 estabelecimentos, sendo 332 no interior e 134 na Capital. A menor parcela é a da Paraíba com apenas 9 estabelecimentos sendo quatro na capital e 5 no inte-

rior. O Território de Guaporé tem 3 unidades; o de Amapá 2 e o do Acre, 1.

O Distrito Federal é o líder das redes escolares municipais, com 177 estabelecimentos.

Há, na relação dos estabelecimentos secundários a seguinte percentagem: São Paulo, 26%, Minas Gerais, 17%; Distrito Federal, 10% e Rio Grande do Sul, 9%. Conclui-se, portanto, que só nessas quatro unidades da Federação, localizam-se 62% das escolas secundárias de todo o país.

Doze Estados possuem menos de 50 unidades: Paraíba, Amazonas, Maranhão, Rio Grande do Norte, Sergipe, Pará, Piauí, Alagoas, Mato Grosso, Espírito Santo, Santa Catarina e Goiás. Com unidades entre 50 a 100 há apenas quatro Estados: Ceará, Paraná, Pernambuco e Bahia; estão entre 100 e 220: Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Distrito Federal.

Do total de 1.768 estabelecimentos, 65% estão no interior e 35% nas capitais. Só uma cidade concentra 10% da rede: Distrito Federal, com 177 unidades.

No setor de fiscalização, São Paulo é também o 1º Estado, com 58% dos inspetores, seguido de 10% do Distrito Federal, de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul. Só estas quatro unidades ocupam 51% ou seja, mais da metade da equipe, sobrando 49% para os 17 estados restantes e os territórios federais.

Exames do art. 91 da Lei Orgânica do ensino secundário: — O Ministro da Educação e Cultura baixou, a 30 de junho de 1954, a portaria nº 556, expedindo instruções para a execução desses exames. A última regulamen-

tação datava do 9 de junho de 1953, quando foi expedida a portaria 367.

A Diretoria do Ensino Secundário estudou as falhas apontadas nos dispositivos anteriores e organizou novo texto, que mereceu aprovação ministerial. As modificações julgadas oportunas foram:

- a) supressão do atestado de residência exigido do candidato, desde que seja assegurado o mesmo nível de conhecimentos nos diversos estabelecimentos que realizam os exames;
 - b) elevação do número de candidatos que se podem inscrever em um determinado estabelecimento para vinte por cento do total dos alunos matriculados nos cursos de nível médio, com possibilidade de ser ainda elevado o limite quando as necessidades da região o justificarem e o estabelecimento puder realizar os exames sem prejuízo dos trabalhos escolares;
 - c) restabelecimento da nota três eliminatória na prova escrita da disciplina;
 - d) possibilidade de realização de de provas escritas uniformes, de uma ou mais disciplinas, para determinado Estado, por iniciativa da Diretoria do Ensino Secundário ou mediante acordo com os Estados;
 - e) estudo da conveniência e possibilidades de exame quando se tratar de estabelecimento esta dual que ainda não goze de equiparação;
- 2) realização dos exames parcelados, fixando-se as disciplinas que devem ser obrigatoriamente realizadas da primeira vez e o número mínimo de três por ano;

Quanto, aos demais assuntos, a Portaria n. 367 de junho de 1953 já atendia às necessidades existentes.

ENSINO SUPERIOR — As dotações orçamentárias concedidas ao ensino superior permitiram melhora sensível na qualidade do mesmo e constante introdução de elementos novos nos quadros magisteriais, com a realização de concursos de provimento.

Este ano 12 já foram efetuados (7 de medicina, 2 de direito, 2 de odontologia, 1 de ciências econômicas) e 25 serão realizados.

No 1º semestre de 1954 surgiram 12 novas escolas superiores mantidas por entidades particulares, além de uma custeada pelo poder público. Em escolas já existentes criaram-se sete novos cursos (6 em faculdades de filosofia e 1 em escola de enfermagem) e foram reconhecidos 13 cursos anteriormente criados (9 em faculdades de filosofia, 2 de enfermagem e os restantes de direito e economia).

Observa-se ainda um crescimento constante de matrículas, inclusive de estudantes estrangeiros.

A Campanha Nacional de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior programou, para início no corrente ano, 27 novos projetos relativos a contratos de professores e técnicos estrangeiros e nacionais para atividades de ensino e pesquisa, de alto padrão, além do prosseguimento de 15 empreendimentos já em curso. 12 projetos foram iniciados.

Graças à Cooperação com a Escola Nacional de Engenharia, foram iniciados em maio um Curso de aperfeiçoamento para Engenheiros Rodoviários e outro para Engenheiros Ferroviários (até dezembro). Ainda em maio

foi inaugurado o curso de Estruturas de Concreto Armado da Escola N. de Engenharia, em que a cooperação da C A P E S se fêz sentir sob a forma de concessão de dez bolsas de estudo no valor total de Cr\$ 300.000,00. Sua duração será de dois anos.

Outro projeto da C A P E S consistiu em acordo com o Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política para realização de um programa de atividades culturais abrangendo manutenção de cursos regulares de extensão, cursos especiais com o caráter de seminários, com aproveitamento da presença no país de professores estrangeiros, e edição de uma revista com informações objetivas sobre acontecimentos nacionais e internacionais e estudos de economia, sociologia e política.

Os seminários referidos atendem aos temas seguintes:

- I — Introdução ao estudo de nossa época. II — Introdução ao estudo do Brasil.
- III — Problema do desenvolvimento econômico-social.

O Serviço de Bolsas de Estudo continuou intensificando suas atividades, quer concedendo bolsas a estudantes de parcos recursos, quer encaminhando oferecimentos de bolsas por entidades estrangeiras. Foram concedidas, no trimestre, 13 bolsas de aperfeiçoamento no país. As bolsas de aperfeiçoamento no estrangeiro concluídas este ano subiam a 40, em junho.

Convém notar que, por resolução da SUMOC, foi suspensa, para as bolsas de estudo, a cobertura de câmbio pela taxa oficial, que vinha sendo autorizada pelo Banco do Brasil. Tal medida afetou o orçamento da CAPES,

duplicando as despesas previstas para cada bolsa, o que poderá importar em redução do programa para o corrente ano.

Uma das mais amplas tarefas da CAPES no trimestre, ainda não concluída pela própria complexidade do trabalho, é o *Levantamento geral da situação do ensino superior no país*.

Nova regulamentação do ensino de serviço social: O Decreto nº 35311, de 2 de abril de 1954, regulamentou a lei 1889, de 13 de junho de 1953.

O ensino do Serviço Social padronizado pela lei 1889, de 1953, que o colocou sob a fiscalização "direta da Diretoria de Ensino Superior, teve sua nova regulamentação feita por aquele órgão e pela Assistência Técnica de Educação, para o que foram ouvidos, também, os grupos nele interessados. Para o novo regulamento sugeriu o DASP algumas modificações.

Os alunos serão de duas categorias — Os alunos desses cursos, cuja finalidade é preparar pessoal habilitado para todas as tarefas relacionadas com o Serviço Social, poderão ser de duas categorias, a dos regulares e a dos ouvintes. Além de diploma de assistente, terão Eles direito a um certificado referente a qualquer outro curso de Especialização ou Aperfeiçoamento, só permitido mediante a apresentação do diploma de assistente social, registrado na forma da lei.

Às escolas foi dado um prazo de 120 dias, a contar da publicação do novo regulamento, para requererem o seu respectivo reconhecimento. Por sua vez, os portadores de diplomas das escolas reconhecidas deverão ser registrados na Diretoria do Ensino Superior, para o que tiveram um prazo de 150 dias, a partir do dia em que o

solicitarem. Prazo idêntico foi concedido para validação dos diplomas expedidos pelas escolas que forem proibidas de funcionar, e que será contado a partir da data da proibição. Os diplomas expedidos por escolas extintas, oficiais ou oficializadas, também poderão gozar desse direito de validação desde que o requeiram no prazo de 180 dias, contados da publicação do referido decreto 35.311. E para melhor atender ao desenvolvimento de tão nobres atividades no país inteiro, poderá o governo conceder bolsas de estudo aos Estados que não possuam escolas de Serviço Social, através de convênios com o Ministério da Educação.

EDUCAÇÃO RURAL — Órgão especializado de administração pública, a Campanha Nacional de Educação Rural tem por finalidade levar a educação de base ao meio rural brasileiro. Seus objetivos abrangem a investigação das condições econômicas, sociais e culturais do rurícola; preparação de técnicos em educação de base; cooperação de instituições e serviços educativos existentes no meio rural; elevação de nível da população rural, introduzindo técnicas avançadas; aperfeiçoamento dos padrões educativos, sanitários, assistenciais, cívicos e morais; orientação técnica e auxílio financeiro.

O sistema de trabalho da CNER é o de acordos e projetos. Este é o panorama dos acordos em 1954:

Unidades federadas	Cr
Alagoas (Gov. estadual)	1.853.125,00
Bahia (Arquid. de Salvador)	675.000,00
(Gov. estadual)	6.913.125,00
Ceará (Arquid. de Fortaleza)	3.153.125,00
Maranhão (Arquid. de S. Luís)	700.000,00
M. Gerais (Curso de Ed. de Base em Flo restal)	500.000,00
(Gov. estadual)	4.653.125,00
Pernambuco (Diocese de Petrolina)	420.000,00
E. de Janeiro (Gov. estadual)	2.553.125,00
R. G. do Norte (Diocese de Mossoró)	400.000,00
(Gov. estadual)	2.153.125,00
S. Paulo (Gov. estadual)	6.333.125,00
S. Paulo (Gov. estadual)	4.693.125,00
TOTAL	35.000.000,00

Estão em plena atividade *missões rurais* em Alagoas (Palmeira dos Índios), Bahia (Cruz das Almas, Feira de Santana, Serrinha), Ceará (Itapagé), Maranhão (Bacabal), Minas

Gerais (Varginha), Rio de Janeiro (Paraíba do Sul e S. José), R. G. do Norte (Nísia Floresta), R. G. do Sul (Osório), S. Paulo (Pinhal).

Em 1954 foram ou estão sendo instaladas missões no Ceará (Sobral, Baturité, está em instalação); M. Gerais (S. José Del Rei, em instalação), Bahia (Seabra, Jequié-Ipiaú, Barreiros — Angical, Bonfim — em instalação). Estão sendo planejadas outras em M. Gerais (Lavras-Varginha) e Rio de Janeiro.

Além dos *centros sociais rurais* orientados pelas missões rurais, estão em atividade 6 no Ceará, 4 no Distrito Federal, 1 em Pernambuco e 1 no R. G. do Norte.

Em 1954 foi realizado o 6º Curso de treinamento de Educadores de Base (Florestal), M. G. e em julho será iniciado o 7º em Osório, R. G. do Sul.

Estão em funcionamento, este ano, 5 centros de orientação de líderes locais, de treinamento de professores rurais e de treinamento de cooperativismo, em S. Paulo, R. G. do Norte e M. Gerais e 9 outros encontram-se em instalação (6 em Minas Gerais e os restantes no Rio de Janeiro, R. G. do Norte e R. G. do Sul).

Funcionam presentemente 6 *centros artesanais e de indústrias rurais* (1 em M. Gerais e 5 no Ceará) e duas colônias agro-pastoris (M. Gerais).

A CNER mantém, em 1954, 58 bolsas de estudos.

Participou a Campanha, de 19 a 26 de maio, do III Congresso Nacional de Municípios, em S. Lourenço, tendo merecido aprovação as 4 teses que apresentou. Participará em julho do I Congresso Interamericano de Educação de Base, em S. Paulo e promoverá a I Exposição Fotográfica e Cartográfica.

Professores do Ensino Agrícola em visita aos Estados Unidos — Integrando o primeiro grupo de partici-

pantes de uma excursão organizada pelo Escritório Técnico de Agricultura (ETA), órgão brasileiro-americano executor do acordo agrícola entre o Brasil e os Estados Unidos decorrente do Ponto IV, seguiram em junho para os Estados Unidos doze diretores de Escolas de Agronomia e Veterinária do Brasil. A viagem programada para os Diretores de todas as 20 escolas agrônomicas brasileiras, e cuja duração será de aproximadamente três meses, visa proporcionar a elementos representativos do ensino agrícola no Brasil a observação e estudo dos sistemas de ensino da agricultura nos "land grant colleges" norte-americanos, sua administração, relações com o público e o papel que desempenham no desenvolvimento agrícola do país.

A finalidade principal de se promover tal execução é facultar aos diretores das Escolas o exame da maneira como se entrosam os três setores principais da economia agrônômica, ensino, pesquisa e fomento agrícolas.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO —Imprimir novo caráter à Campanha de Educação de Adultos e Adolescentes foi a mais importante preocupação do Departamento, em 1954, prevendo o plano, para este ano, a instalação de 15.300 cursos de alfabetização, além da manutenção dos centros de iniciação profissional já existentes.

As estatísticas apuradas revelam forte ascendência dos cursos mistos, isto é, para homens e mulheres, sobre os exclusivamente femininos ou masculinos.

Os estudos concluídos, com base no quinquênio 1947-51, revelam que a matrícula em vigor no fim do ano corresponde à média de 82% da matri-

cua geral, o que indica ter sido a evasão escolar de 18%. Aliás, esta vem revelando um ritmo regressivo (16% em 1947; 20% em 48; 23% em 49; 18% em 50 e 15% em 51).

Quanto ao sexo, a taxa média de alunos foi 63% e de alunas 37% (1951).

O grupo de idade mais numeroso é o de 14 a 20 anos (69%), seguindo-se o de 21 a 30 anos (22%), 31 a 40 (7%) e mais de 40 (2%).

O plano de 1954 prevê o custeio de 15.300 cursos, durante 6 meses, da seguinte forma:

I — Auxílio às unidades federadas e outras entidades:		
a) gratificação a professores à razão de 350,00 mensais		32.630.000,00
b) funcionamento de 100 centros de iniciação profissional		5.000.000,00
II — Material geral de ensino e material auxiliar		2.000.000,00
III — Pessoal técnico e administrativo		4.400.000,00
IV — Centros de preparação social de operários		2.000.000,00
V — Eventuais		89.028,60
Total		Cr\$ 46.119.028,60

Até junho foram realizados acordos com as seguintes unidades federadas

para realização desse plano (entre 9 e 25 do referido mês):

Acordo com	Ensino supletivo n. de curso	Centros i. Profissional - n. de cursos
Alagoas	600	2,
Santa Catarina	220	3
Sergipe	430	8
Bahia	2.250	3
Rio de Janeiro.....	550	3
D. Federal	250	—
Mato Grosso	100	—
Amapá	40	4
Ação Social Arquidiocesana.....	105	—
Prefeitura de Fortaleza	50	—
Paraíba	770	4
Guaporé	25	1
M. Gerais	1.700	3
E. Santo	250	2.
Maranhão	700	3
R. G. do Norte	550	4
Amazonas	100	3
F. Noronha.....	3	—
Soe. Amazonense de Professores	5	—

O ANALFABETISMO EM DIVERSOS PAÍSES —

Publicou a UNESCO durante o trimestre, mais uma de suas monografias sobre educação de base, sob o título acima (*L'Analphabétisme dans divers pays*), constituindo um exame estatístico preliminar lastreado nos recenseamentos posteriores a 1.900.

Não existia, ainda, estudo comparativo internacional sobre o assunto. Antes de estabelecer confrontos, a monografia fixa os diversos métodos empregados para definir o analfabetismo, analisar os dados censitários e calcular a porcentagem de analfabetos.

Constituem os dados censitários a melhor fonte informativa, para a determinação da porcentagem de iletrados, mas, infelizmente, em numerosos países os censos omitem qualquer quesito sobre o grau de instrução. Em alguns, porque entendem não haver mais, ou tê-los em quantidade inexpressiva, analfabetos: Alemanha, Dinamarca, Noruega, Holanda, Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda, Suécia e Suíça. Em outros, também com taxa de analfabetismo muito baixa, a questão não foi proposta no último recenseamento (Austrália, Áustria, Canadá, Nova Zelândia, Estados Unidos). Mas na África, onde a situação não se mostra a mesma, inexistem estatísticas de analfabetismo baseadas em recenseamentos, exceto no Egito e União Sul-Africana. O mesmo ocorre em certas áreas da Ásia (China, Mongólia, estados indochineses, países árabes do Oriente Médio). Também na América faltam dados re-

centes com respeito a Bolívia, Equador, Haiti, Paraguai e Uruguai.

Por outro lado, os informes nem sempre são exatos, sobretudo no que concerne a populações indígenas. Os critérios de analfabetismo apresentam-se imprecisos e raramente aplicados de maneira uniforme, tornando os dados fornecidos por diversos censos, embora em um mesmo país, dificilmente comparáveis.

É considerado iletrado ora o que não sabe ler, ora o incapaz de assinar seu nome ou o que não pode escrever uma pequena carta e ler a resposta. Nem sempre, para estabelecer as taxas de analfabetismo, se determina idade mínima e esta, quando consta, varia entre cinco e quinze anos ou mais. As pessoas cujo grau de instrução não vem especificado são compreendidas ou não no total e classificadas ou não como iletradas. As de idade ignorada incluem-se ou não no total.

A Comissão da População da Organização das Nações Unidas recomendou (terceira sessão, 1948) definir rendimentos de instrução, para fins censitários, como "aptidão de ler e escrever corretamente uma carta em uma língua qualquer".

O quadro abaixo, em que resumimos outro da referida monografia, dá idéia dos critérios de analfabetismo e idade a partir da qual esses critérios são aplicáveis, considerado o último recenseamento em que a questão foi proposta:

Pais	Ano	Critério de analfabetismo	idade mínima considerada
Argentina	1947	Não saber ler e escrever	14
Bélgica	1930	idem	0 e 7
Brasil	1940	"	5
Bulgária	1934	"	0 e 10
Canadá	1931	Não saber ler	5
(Terra Nova)	1945	Não saber ler e escrever	10
Ceilão	1946	idem	5
Chile	1940	Não saber ler	7
Colômbia	1938	idem	0 e 7
Cuba	1943	"	0 e 10
Egito	1937	Não saber ler e escrever	5
Espanha	1940	Não saber ler	0 e 6
Estados Unidos	1930	Não saber ler e escrever	10
Finlândia	1930	Não saber ler ou escrever	0 e 15
França	1946	Não saber ler e escrever	5
Filipinas	1948	idem	10
Grécia	1928	n	0 e 8
Honduras	1945	Não saber ler ou escrever	0 e 7
Hungria	1941	Não saber ler e escrever	0 e 6
Índia	1931	idem	0 e 5
Itália	1931	Não saber ler	6
Iugoslávia	1948	idem	10
México	1940	"	6
Portugal	1940	Não saber ler	0 e 7
Turquia	1945	idem	0 e 7
União da Birmânia	1931	Não saber ler e escrever	0 e 5
União S. Africana	1946	idem	0 e 10

Para termos idéia da dificuldade de uma comparação segura, se não basta o quadro acima, consideremos a variação de critério em um mesmo país, de um para outro censo (por ex., Filipinas, 1918: não saber ler; 1948: não saber ler e escrever) e da idade mínima (México, 1900 e 1910: 0 e 12. anos; 1921 e 1930: 10 anos; 1940: 6 anos).

Como se apura, nos diversos países, se uma pessoa sabe ler e escrever? Na Argentina devem responder *não* aos

questos *Sabe ler? Sabe escrever?* os que sabem somente escrever algarismos e assinar o nome.

Na Bélgica apenas se manda responder *sim* ou *não* à pergunta: "Sabe ler e escrever?" Os recenseamentos anteriores ao de 1947 acrescentavam — *ao mesmo tempo*.

No Brasil, no censo de 1940, ao quesito "Sabe ler e escrever?" mandava-se responder *sim*, se o recenseado soubesse ler e escrever e *não*, sendo iletrado, sem conceituar o que é saber

ler e escrever. Da mesma forma na Bulgária.

No Canadá o recenseamento de 1931 não considerava como sabendo ler e escrever os que apenas escrevessem seu nome.

O quesito não era aplicável aos menores de 5 anos. Em Terra Nova para ser considerado letrado é necessário saber efetivamente ler e escrever e não apenas "desenhar" o nome.

No Ceilão e Índia é necessário poder escrever pequena carta e ler-lhe a resposta para ser tido como alfabetizado.

No Chile a questão proposta é — Sabe ler? à qual não devem responder os menores de 7 anos (ou de 8, até 1930). Idênticamente se procede na Colômbia.

O recenseamento cubano de 1943 também não conceitua o que é — saber ler e escrever, sendo que, para os menores de 7 anos, basta dizer se freqüentam ou não a escola.

No Egito o censo de 1917 determinava: "Indicar se a pessoa recenseada pode ler correntemente um texto impresso em uma língua pelo menos. Indicar se a pessoa recenseada pode redigir, ou fazer por meio de ditado, uma pequena carta em uma língua pelo menos". A questão não era aplicável aos menores de 5 anos.

Outros países que deixam de conceituar, no inquérito censitário, o que é *saber ler e escrever*: Espanha, França, Grécia, Honduras, Itália, México Portugal.

Nos Estados Unidos, em 1930, foram dadas estas instruções: Responder sim para toda pessoa com mais de 10 anos sabendo ler e escrever em uma língua qualquer, e *não* para toda pessoa de mais de 10 anos não sabendo ao mesmo tempo ler e escrever em uma língua qualquer", Não é conside-

rado como sabendo ler e escrever quem possa simplesmente assinar seu nome.

Na Finlândia manda-se consignar "Estudos além do ensino primário", ou, se não existem, se o recenseado sabe ler e escrever.

Na União Sul Africana e Jugoslávia os quesitos discriminam se o recenseado sabe ler e escrever ou somente ler, sem maiores esclarecimentos.

Na Hungria os quesitos são vários: "É diplomado por uma universidade, instituto de ciências aplicadas ou outro estabelecimento de ensino superior? Terminou 8, 6, 4 classes secundárias? 4, 6 classes primárias? Sabe ler e escrever? Sabe somente ler?: Não sabe ler nem escrever?"

Na Turquia perguntava-se em 1927 se o recenseado podia ler um texto impresso e, depois de 1935, se podia ler o novo alfabeto.

Nas Filipinas esclarece-se que não se considera como sabendo ler e escrever quem apenas leia e escreva seu nome. A questão não se dirige aos menores de 10 anos. À pergunta "sabe ler e escrever?" devem dar resposta negativa quantos exclusivamente saibam ler.

Na Birmânia há um item do teor seguinte: "iletrado ou com rudimentos de instrução". Neste último caso incluem-se os que são capazes de ler e escrever uma carta em uma língua qualquer.

Em sua quarta sessão -(1949) a Comissão da População das Nações Unidas recomendou que os iletrados fossem classificados nas estatísticas por sexo e grupo de idade, da seguinte forma: menos de 15 anos (se o grupo é recenseado sob o ponto de vista da instrução); de 15 a 19; de 20 a 24; grupos decenais entre 25 e 64 anos; 65

anos e mais. Recomendou-se ainda figurar separadamente o grupo de 10 a 14 anos.

Há vários métodos de medir os progressos da instrução em um país qualquer. O mais simples consiste em anotar o crescimento do número de pessoas que saibam ler (ou ler e escrever) de um recenseamento a outro. Este método, claro e cômodo, permite apresentar resultados animadores, principalmente nos países em que o número dos que sabem ler (ou ler e escrever) é relativamente fraco, mas aumenta rapidamente. Entretanto,

Medir o progresso da instrução elementar pela diminuição do número de iletrados seria cair no erro oposto. Com efeito, este número pode diminuir sem que o de pessoas alfabetizadas aumente na mesma proporção.

Parece preferível medir o progresso da instrução pelo aumento da porcentagem de pessoas que saibam ler (ou ler e escrever), ou segundo a diminuição da porcentagem de iletrados, critério ainda mais aconselhável. Considera-se também uma taxa relativa de diminuição, assim calculada:

Taxa relativa de diminuição =

$$\frac{\text{diminuição da porcentagem de iletrados} \times 100}{\text{porcentagem inicial de iletrados}}$$

como no Egito, muitas vezes o número de lettrados e o de iletrados aumentam paralelamente e o segundo mais que o primeiro. No capítulo sobre a luta contra o analfabetismo ganha interesse, pelos quadros que contém, a parte referente ao Brasil.

Número e porcentagem, de iletrados de mais de 15 anos (1900-1940)

	População de mais de 15 anos		Taxa de
	Total	Iletrados	analfabetismo
1900	9.752.111	6.371.660	65,3
1920	17.557.282	11.401.715	64,9
1940	23.649.371	13.269.381	56,1

1 — Menos 60.398 hab. de grau de instrução não especificado. Do quadro acima estão excluídas as crianças em idade escolar, note-se.

Diminuição da taxa de analfabetismo (mais de 15 anos) por sexo (1920-40)

Sexo	Taxa de analfabetismo 1920-1940		Diminuição da taxa de analfabetismo	Taxa decenal média de diminuição
Homens e mulheres	64,9	56,1	8,8	7,7
Homens	57,1	49,7	7,4	7
Mulheres	72,8	62,4	10,4	

Taxa de analfabetismo por idade, nacionalidade, sexo (1920) e por côr e sexo (1940).

Data e idade	Nac. e côr	Taxa de analfabetos		
		H. e M.	H	M.
1920: + de 15 a	Brasileiros	66,7	59,5	73,7
	Estrangeiros	46	35,9	60,8
	Branco	47,3	42,1	52,6 83
1940: + de 10 a	Negros	79,1	75,1	75,2
	Mestiços	70,8	66,3	44,4
	Amarelos	34,4	26	

Diminuição da Taxa de analfabetismo entre crianças em idade escolar (7 a 14) de 1920 a 1940.

	Taxa de analfabetismo		Diminuição da taxa de analfabetismo	Taxa dece-nal média
	1920	1940		de diminuição
Meninos e meninas	80,3	67,5	12,8	8 8
[Meninos	79,8	67,9	11,9	9
	80,7	67	13,7	

"E' inquietante constatar que no Brasil a proporção dos iletrados entre crianças em idade escolar (7 a 14) é mais forte que entre os habitantes de mais de 15 anos, se bem que a taxa de diminuição de analfabetismo seja um pouco mais elevada no 1' grupo do que no 2'".

*Taxa de analfabetismo (população de mais
de 10 a) por sexo, idade e cor*

Sexo e idade		Taxa de analfabetismo				
Homens	Total	Brancos	Negros	Mestiços	Amarelos	
Mais de 10 a	51,5	42,1	75,1	66,3	26	
10 a 19	57,3	48	78,7	72,2	24	
20 a 29	48,2	38,8	71,5	62,3	19,6	
30 a 39 -----	45,8	36,4	70,7	60,7	23,1	
40 a 49 _____	49	39,4	73,6	63,5	31	
50 a 59 _____	50,7	41,4	76	64,8	38,7	
60 e mais ..	56,7	46,6	83,5	70,9	55,2	
Não especif.	38,2	35,6	62	57,8	36,2	
Mulheres	61,7	52,6	83	75,2		
Mais de 10 a					44,4	
10 a 19 _____	57,4	48,5	78	71,5	28,5	
20 a 29	58,7	49,3	80,7	72,5	41,2	
30 a 39 _____	63	53,6	85,1	76,9	55,6	
40 a 49 _____	68	59	88,5	80,9	59,3	
50 a 59 _____	69,7	61,3	89,8	82,3	65,9	
60 e mais ..	74	65	93,7	86,8	76,7	
Não especif.	50,2	46,1	76,8	67,6	30,6	

Taxa de analfabetismo (5 a 29 anos) segundo a frequência escolar

Sexo e idade	Taxa de analfabetismo		
	Freqüentando tando escola	Não freqüen- escola	Total
Homens:	7,1	79,5	
5 a 9 a			86,5
10 a 14	5	55,8	60,7
15 a 19	0,9	32,9	53,8
20 a 24	0,3	48,9	49,3
25 a 29	0,1	47,4	47,5
Mulheres:	6,6	79,3	
5 a 9 a			85,9
10 a 14	4,2	55,6	59,7
15 a 19	0,7	54,8	55,5
20 a 24	0,2	57,8	57,9
25 a 29	0,1	60	60,1

DIVISÃO DE EDUCAÇÃO EXTRA-ESCOLAR — Operam-se, no trimestre, as medidas preliminares para a execução de iniciativas de alta finalidade cultural e educativa: a 2ª Exposição Filatélica Nacional de Educação, programada para 7 de setembro, sobre a qual haverá emissão de selo especial comemorativo, cuja renda cobrirá o tesouro das despesas com a mostra, e o 1º Festival do Teatro Estudantil, cujo regulamento já está elaborado, objetivando estimular a formação de elencos teatrais do curso médio, previsto para 12 de outubro. Três prêmios serão concedidos para favorecer a organização de cenários e guarda-roupa dos elencos estudantis: "Martins Pena" (Cr\$ 60.000,00) "Leopoldo Froes" (Cr\$ 30.000,00) e "Itália Fausta" (Cr\$ 20.000,00). Outras atividades foram.

programadas, como a "Semana do Estudante", a iniciar-se a 11 de agosto, "dia do estudante".

ENSINO EMENDATIVO — *Serviço Nacional de Aproveitamento do Cego* — Encontra-se na Assistência Técnica de Educação e Cultura o ante-projeto de sua criação, a fim de promover maior articulação com as entidades patrocinadoras de empregos acessíveis aos deficientes da visão.

Regulamentação do Ensino Profissional e Musical. Encontra-se em estudos, já adiantados, devendo esse ensino para cegos ser prestado com a colaboração da Escola Técnica Nacional e da Escola Nacional de Música.

Instruções de disciplina — Foram baixadas pela portaria nº 38, de 9 de junho de 1954, pelo Diretor do Instituto Benjamin Constant.

Maratona intelectual entre estudantes cegos — Pela portaria nº 25, de 10 de abril de 1954, o Diretor do I.B.C. resolveu promover a realização de maratona intelectual entre alunos cegos, como parte das comemorações do primeiro centenário da fundação do estabelecimento oficial de ensino emendativo de cegos. Compareceram representações estudantis dos Institutos Padre Chico (São Paulo) e S. Rafael (B. Horizonte), acompanhadas de professores.

Esta maratona, a 1ª realizada entre secundaristas cegos, obteve completo êxito.

Curso de professor e inspetor de cegos — A portaria nº 26, de 26 de abril, do Diretor do I.B.C, baixou instruções para o terceiro curso dessa natureza, em colaboração com o INEP.

Padronização do alfabeto Braille — Encontra-se em estudo na ATEC ante-projeto de ato oficial determinativo da padronização do alfabeto *Braille* em todo o território nacional. No Congresso Panamericano de Assistência ao Cego e Prevenção da Cegueira, realizado em 11 e 17 de julho, em São Paulo, foi aprovado o ponto de vista do I.B.C. quanto a essa padronização.

Seção de Educação e Ensino do I. B. C. — As aulas iniciaram-se nos fins do 1º trimestre, a 15 de março. Os alunos, em junho, assim se distribuíam : *Curso pré-primário* (Jardim de Infância e Adaptação do Sistema *Braille*: 60 alunos, com 5 professoras videntes.

Curso primário elementar (5 séries) : 149 alunos e 19 professores, dos quais 12 cegos e 7 videntes.

Curso ginásial (4 séries): 37 alunos e 18 professores, dos quais 7 cegos.

Curso profissional (13 disciplinas correspondentes a diversas atividades) : 316 alunos e 24 professores, dos quais 15 cegos, 2 amblíopes e 7 videntes.

Curso musical: 138 alunos e 17

prof
esso
res,
sen
do
12
ceg
os e
1
amb
líop
e.

Em resumo: os cinco tipos de cursos de I. B. C. são ministrados a 700 alunos por 85 professores. O número destes justifica-se pela natureza específica do aluno cego, cujo ensino deve ser ministrado de preferência individualmente, não devendo exceder as turmas de 10 componentes.

Instituto Nacional de Surdos-Mudos: O Brasil possui considerável população de surdos-mudos, de que apenas 1,5% recebem educação sistemática. Por isso o INSM vem intensificando o contato com as famílias e promovendo campanha educativa nos lares onde existe o problema da surdez, através de publicações técnicas e outros meios.

O Instituto ampliou seus serviços, contando o setor pré-primário 4 classes e o setor feminino 130 matrículas ao findar o trimestre. Está em funcionamento a Escola de Artes Plásticas para maiores de 16 anos.

INSTITUTO NACIONAL DO LIVRO — Os resultados de sua atividade no sentido de estimular o funcionamento de bibliotecas têm sido satisfatórios. Em 31 de maio de 1954 as bibliotecas registradas no cadastro do I.N.L. eram 6757, contra 6361 em 30 de junho de 1953.

BIBLIOTECA NACIONAL — Curso de Biblioteconomia: estão freqüentando regularmente o curso fundamental 44 alunos e o superior 54, dos quais 10 bolsistas.

Em 13 de abril iniciou-se o *Curso Avulso de Iconografia*, freqüentado por 10 alunos.

Movimento de consultas na sala Rodolfo Garcia, destinada à leitura de obras em geral, 21755 leitores consultaram 31732 obras, em 33068 volumes. Houve, no segundo trimestre, acréscimo de 10.093 leitores, com acentuada preponderância de estudantes médios e universitários. As obras mais consultadas foram as de ciências aplicadas e naturais e de filologia.

Já na sala de leitura de periódicos e publicações oficiais houve menor procura no 2º trimestre: 1260 consulentes examinaram 2012 volumes (1180 jornais) de publicações periódicas e 1.170 leitores consultaram 1741 volumes e 10.665 avulsos de publicações oficiais.

Na sala de consultas de obras raras, 97 leitores consultaram 338 livros e periódicos e às salas de leitura de iconografia e de documentos compareceram respectivamente 220 e 260 consulentes.

O movimento de leitores na sala de música ultrapassou, em dobro, o anterior: 172 consulentes e 264 obras examinadas.

Exposições: realizaram-se no trimestre, várias exposições na Biblioteca Nacional, entre as quais a comemorativa do Centenário do romance "As memórias de um Sargento de Milícias", em maio; a comemorativa do centenário do Banco do Brasil, em abril; a do centenário da artista Apolônia Pinto, em junho (por iniciativa do Serviço Nacional de Teatro). Contribuiu, ainda, a Biblioteca para

a Exposição Comemorativa do Tri-centenário da Restauração de Pernambuco, inaugurada em Recife a 8 de junho.

INSTITUTO NACIONAL DE CINEMA EDUCATIVO — Ao findar o trimestre a filmoteca do Instituto reunia 890 filmes entre 16 e 35mm. Prosseguiu o INCE suas atividades de rotina— aquisição de material, reduções, revelações e cópias de filmes, programação e prosseguimento de filmagens, empréstimos gratuitos de películas a escolas, projeções externas, distribuição de filmes e diafilmes, intercâmbio com o exterior, exposições.

O plano de trabalhos do INCE para 1954 abrange: produção de várias séries de filmes, intensificação do serviço de documentação da pesquisa científica e técnica do país, ampliação do fornecimento de programas a instituições de ensino e cultura, prosseguimento da revenda de projetores cinematográficos de 16 mm a estabelecimentos de ensino e outros (52 projetores), execução de acordos com os Estados para fomento do cinema educativo, assistência a particulares em trabalhos de caráter técnico.

MUSEU DE BELAS ARTES — *Visitas guiadas* — Em novembro de 1953 o Museu realizou concurso entre escolas sobre "Impressão geral de visita feita ao Museu Nacional de Belas Artes". Dos 119 candidatos inscritos 68 compareceram à visita e 57 à prova, sendo premiados 32. Em julho de 1954 realizou-se outro concurso nesses moldes, com visita das galerias de artistas brasileiros. Dentre 144 inscritos, 114 participaram da visita e 87 da prova.